



## Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

# Documento Nº 89972/24

**EXERCÍCIO:** 2024

**SUBCATEGORIA:** Licitações

**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Patos

**DATA DE ENTRADA:** 31/07/2024

**ASSUNTO:** Licitação - 00091/2024 - Dispensa (Lei Nº 14.133/2021) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO ON PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.

**INTERESSADOS:** Jose Araujo Dantas Junior  
Nabor Wanderley da Nobrega Filho

# EDSON

A fidelidade do som...

ESTRUTURA COMPLETA PARA TODOS OS TIPOS DE EVENTOS

## ORÇAMENTO

**NOME EMPRESARIAL:** EDSON LEITE MONTENEGRO-ME

**NOME FANTASIA:** EDSON 7

**CNPJ:** 27.117.054/0001-98

**ENDEREÇO:** RUA NOÉ TRAJANO, N° 62

**BAIRRO:** MATERNIDADE

**CEP:** 58.701-385

**CIDADE:** PATOS-PB

**OBJETO:** proposta de estrutura para festival da galinha no distrito de Santa Gertrudes

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Locação de um pavilhão medindo 11x30 toda estrutura e grid p30 com 4m de altura ,lona branca ante chama para os dias 27 e 28 de julho 2024	dia	02	18.000,00	36.000,00

**Valor total do orçamento:**

R\$36.000,00 ( trinta e seis mil reais )

Patos-PB, 24 de julho de2024.



**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL**

**27.117.054/0001-98**

**Edson leite Montenegro -Me**

**Rua noé trajano n 62 maternidade**

**Patos -Pb**

**Cep 58.701-385**



ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



Procedimento Licitatório.  
 Processo Administrativo nº 236/2024  
 Dispensa nº 091/2024

## PARECER JURÍDICO DISP Nº 654/2024

**EMENTA:** PROCESSO LICITATÓRIO – LEI N.º 14.133/2021. DISPENSA EM RAZÃO DE VALOR – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS – Possibilidade Jurídica.

### I - RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação - CPL encaminhou a esta Assessoria Jurídica o processo administrativo supracitado para emissão do parecer acerca da legalidade do procedimento visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS**, com fulcro no Art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

A abertura do presente processo licitatório, encontra-se embasado na solicitação e justificativa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO**.

A escolha do fornecedor **EDSON LEITE MONTENEGRO ME**, inscrito no CPF/CNPJ nº 27.117.054/0001-98, se deu em razão da referida empresa ter apresentado o menor preço, conforme pesquisa de preço anexa aos autos.

Com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:





ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



- a) *Solicitação e justificativa da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO;*
- b) *Autorização para abertura de procedimento licitatório;*
- c) *Pesquisa de mercado e mapa comparativo;*
- d) *Despacho do Sr. Secretária de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão, informando a existência de disponibilidade financeira de recursos e Dotação orçamentária, declarando que existe disponibilidade financeira no Orçamento de 2024 para o custeio da despesa;*
- e) *Autuação;*
- f) *Cópia do ato de designação do Agente de Contratação e respectivos Membros;*
- g) *Foi anexado ao processo toda documentação fiscal, trabalhista, financeira, bem como as devidas licenças necessárias ao legal funcionamento do objeto;*
- h) *Consta relatório conclusivo da Comissão permanente de licitação;*
- i) *Despacho de encaminhamento a esta Assessoria.*

Desta forma, solicita a emissão de Parecer a respeito da adequação dos fatos descritos aos condicionamentos legalmente estabelecidos para a contratação direta mediante Dispensa de Licitação em razão do valor.

É o que passo a fazer sobre o prisma estritamente jurídico.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à legislação pertinente, incumbe, a este órgão de Assessoramento Jurídico, prestar consultoria sob o prisma jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Gerência de Licitação, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É cediço que as minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Administração.

Indubitavelmente, as prestações de serviço da Administração Pública, em geral, são realizadas por meio do competente processo licitatório com o escopo de buscar a proposta mais vantajosa para aquela, notadamente em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, bem como aos específicos sobre a matéria, *v.g.*, probidade





ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

**(...)**

**II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**

A obrigatoriedade de procedimento licitatório nas contratações de serviços e aquisições de bens feitos pela Administração tem o seu berço na Constituição Federal, transplantada para a Lei n. ° 14.133/2021, permitindo, também com base constitucional, a previsão da exceção de não licitar. É o que se verifica neste artigo, um caso de exceção em que a Administração Pública pode contratar diretamente sem que haja necessidade de realização de um processo licitatório, ocorrendo à dispensa de licitação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

**“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública”.**

Desta feita, A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.



Secretaria Municipal de Administração–SECAD | CNPJ.: 09.084.815/0001-70  
 Rua Horácio Nóbrega, 1171-1245, Belo Horizonte | CEP.: 58.704-343  
 Página | 3



ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



O Tribunal de Contas da União emitiu através de vasta jurisprudência e entendimentos, aqui aplicadas por analogia, quanto as diretrizes a serem observadas nos casos de contratação por dispensa de licitação em razão do valor:

**É correta a contratação por dispensa de licitação, quando os valores envolvidos enquadram-se nos limites de que trata o art. 24, II, da Lei no 8.666/1993. Quando mais de um procedimento tratar da mesma obra, deve ser observada a modalidade de licitação pertinente à soma das contratações ou a contratação direta por dispensa de licitação, caso esse valor se enquadre dentro do limite previsto no inciso I do art. 24 da Lei no 8.666/1993.**

**Acórdão 120/2007 Segunda Câmara (Sumário)**

Com base nas informações constantes nos autos do processo administrativo n° 187/2023, a justificativa foi vazada nos seguintes termos, *in verbis*:

“Para a realização do 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes, é imprescindível a contratação de um pavilhão com dimensões de 11x30 metros, estrutura de grid P30 com altura de 4 metros e lona branca antichama, A estrutura proposta garantirá a segurança e o conforto dos participantes, protegendo-os contra adversidades climáticas como sol intenso ou, eventualmente, chuva, além de oferecer um ambiente adequado para a realização das diversas atividades programadas. A escolha da lona branca antichama atende às exigências de segurança contra incêndios, assegurando um espaço mais seguro para todos. Ademais, o pavilhão proporcionará uma área coberta que pode ser utilizada para montagem de stands, áreas de alimentação, espaço para apresentações culturais e outras atividades do festival, contribuindo para a organização e sucesso do evento. Assim, a contratação do pavilhão é essencial para assegurar a infraestrutura adequada e garantir a qualidade e a segurança do 2º Festival da Galinha Capoeira.

Contudo, a contratação direta por dispensa de licitação se submete a um procedimento administrativo como regra, ou seja, ausência de licitação não equivale à contratação informal realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é





ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



imprescindível. Somente em hipóteses determinadas pela lei é que a Administração está autorizada a contratar sem o cumprimento destas formalidades, como nos casos de dispensa em razão de valor, que o quantitativo da contratação não justifica a instauração de um procedimento custoso e caro para os cofres públicos.

Para que o respeito à ordem jurídica e ao princípio da legalidade sejam cumpridos, percebe-se nos autos do processo administrativo que foi realizada uma coleta de preços, junto ao mercado, com o objetivo de verificar qual o preço justo, onde, de uma maneira simples é possível verificar que a contratação ocorrerá pelo menor preço.

É interessante acrescentar que agindo assim, está demonstrado que esta contratação não é arbitrária, mas sim, uma licitação simplificada de fato, considerando que a abertura de um processo licitatório para a referida contratação demanda tempo, podendo ocasionar prejuízo a Administração.

Considerando que o valor global estimado para aquisição na ordem de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), ofertado pela empresa **EDSON LEITE MONTENEGRO ME**, inscrito no CPF/CNPJ nº 27.117.054/0001-98, encontra-se dentro do limite de dispensa estabelecido no art.75, II, da Lei 14.133/2021.

Passamos a apresentar os aspectos legais, uma vez que entendemos ser esta uma situação emergencial, onde não seria tolerável a falta de ação (omissão) deste Poder Executivo Municipal.

#### 4. DOS ASPECTOS LEGAIS

No que se refere ao cumprimento dos aspectos legais, esta Assessoria Jurídica constatou:

##### 4.1. Quanto à instauração do processo:

- a) Foi feita solicitação da Unidade Competente para abertura de licitação, com esteio na exigência da Lei nº 14.133/2021, Art. 17.
- b) Houve autorização por agente competente para abertura do procedimento administrativo, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



c) Portaria que nomeou o Agente de Contratação, com base na Lei nº 14.133/2021.

#### **4.2. Das Razões de escolha da prestação de serviços**

O valor total da contratação dos serviços acima mencionados será R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), conforme orçamento anexo aos autos.

Ressaltamos, ainda, que os valores estão dentro do valor de mercado, conforme o resultado das pesquisas apresentada e foi o menor preço dentre os cotados.

#### **4.3. Quanto ao processo administrativo**

a) Dispensa fundamentada em razão do valor para contratação de pessoa jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Art. 75, II.

b) Documentos referentes à habilitação do proponente, conforme a Lei nº 14.133/2021– Documentos da Regularidade Fiscal, anexo aos autos.

Assim, compulsando os autos, temos que o presente procedimento não apresenta vícios nem defeitos, tendo sido observado, em todo o seu trâmite, os comandos normativos regentes, razão pela qual entende este órgão jurídico deva ser o mesmo homologado.

Sinalo, ainda, que o presente parecer diz respeito também, a minuta do contrato em anexo, salientando que, pode-se atestar que tal instrumento obedece às determinações especificadas no artigo 92, da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, tais como: especificações do objeto, pagamento, valor, reajustes, causas de rescisão, obrigações, fontes de recursos financeiras e orçamentárias, prazo de fornecimento, prazo de vigência, etc.

### **III - CONCLUSÃO**

Diante de todo exposto, e uma vez demonstrado de forma efetiva a potencialidade de dano caso não haja continuidade nos serviços públicos essenciais, mostrando-se a contratação direta como única via apta a eliminar um procedimento custoso e caro, opino pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO** em tela, por meio da **Dispensa nº 091/2024**.



ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS  
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Assessoria Jurídica – Gerência de Licitações



Manifesta-se também favorável à contratação da empresa **EDSON LEITE MONTENEGRO ME**, inscrito no CPF/CNPJ nº 27.117.054/0001-98, para o serviço em questão, nos moldes do termo de referência anexo aos autos, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por ter sido a proposta mais vantajosa para a administração.

Por fim, declara-se favorável, também, a aprovação da minuta de contrato e ata de reunião, uma vez que atende as necessidades elencadas na Lei de Licitação.

Este é o Parecer que levamos ao conhecimento do Sr. Agente de Contratação, para que adote a **Decisão** que entenda mais adequada, devendo:

i) haver, se entender pela contratação, a **Ratificação do presente procedimento**, pelo(a) Sr(a). Secretário(a) Ordenador de Despesas;

ii) encaminhar-se o presente processo para os ulteriores procedimentos.

É o parecer, *sub censura*.

À elevada consideração superior.

Patos-PB, 25 de julho de 2024.

**MAYRA MIKAELLE DIAS FERNANDES**  
 Assessora Jurídica  
 OAB-PB 26.838





## AUTORIZAÇÃO

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Expediente:** SOLICITAÇÃO

Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete de Patos/PB.

**Assunto:** Procedimento de dispensa de licitação.

**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

## DESPACHO

AUTORIZO a realização do procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 72, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

Conforme informações do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, à Comissão Permanente de Licitação deste órgão, para a formalização do referido processo de contratação direta por Dispensa de Licitação.

Patos - PB, 24 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
EMPREENDEDORISMO DE PATOS





# EDSON

*A fidelidade do som...*

ESTRUTURA COMPLETA PARA TODOS OS TIPOS DE EVENTOS

## ORÇAMENTO

**NOME EMPRESARIAL:** EDSON LEITE MONTENEGRO-ME

**NOME FANTASIA:** EDSON 7

**CNPJ:** 27.117.054/0001-98

**ENDEREÇO:** RUA NOÉ TRAJANO, N° 62

**BAIRRO:** MATERNIDADE

**CEP:** 58.701-385

**CIDADE:** PATOS-PB

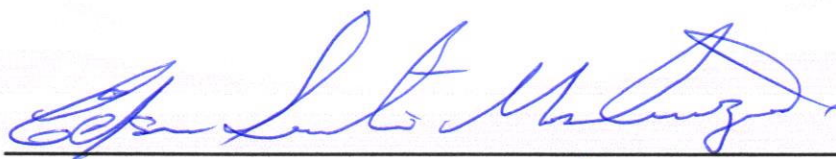
**OBJETO:** proposta de estrutura para festival da galinha no distrito de Santa Gertrudes

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Locação de um pavilhão medindo 11x30 toda estrutura e grid p30 com 4m de altura ,lona branca ante chama para os dias 27 e 28 de julho 2024	dia	02	18.000,00	36.000,00

**Valor total do orçamento:**

R\$36.000,00 ( trinta e seis mil reais )

Patos-PB, 24 de julho de2024.



**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL**

**27.117.054/0001-98**

**Edson leite Montenegro -Me**

**Rua noé trajano n 62 maternidade**

**Patos -Pb**

**Cep 58.701-385**

empresa :ALEXANDRE SILVA AURELIANO ME

CNPJ: 52.320.923/0001-24

ENDEREÇO : RUA JOSE BONIFACIO DE

CARVALHO n 238

BARRIO : MORADA DO SOL

CIDADE : PATOS -PB

**SEGUE COTAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESTRUTURA DE EVENTOS PARA O EVENTO DA 2ª Festival da Galinha, no Distrito de Santa Gertudes.**


Prefeitura Municipal De Patos – PB

ITE M	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	2	Diárias	Locação: de Pavilhão medindo 10x30 metros, toda em estrutura de Grid P30 com 04 metros de altura, lona Branca ante chama para os dias 27 e 28 de Julho de 2024, para o 2º Festival da Galinha, no Distrito de Santa Gertudes.	19.000,00	38.000,00

**VALOR TOTAL: 38.000,00 (trinta e oito mil reais).**

Validade de 60 dias

Patos – PB, 23 de Julho de 2024.




---

ALEXANDRE SILVA AURELIANO  
CNPJ: 52.320.923/0001-24



## ORÇAMENTO

**Objeto:** Locação de Pavilhão medindo 11x30 metros, toda em estrutura de grid P30 com 4 metros de altura, lona branca ante chama para os dias 27 e 28 de julho de 2024, para o 2º Festival da Galinha, no Distrito de Santa Gertrudes.

Prefeitura Municipal de Patos.  
Av. Eptácio Pessoa, Centro

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	Locação de Pavilhão medindo 11x30 metros, toda em estrutura de grid P30 com 4 metros de altura, lona branca ante chama	dias	02	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00

### Valor do Orçamento

**R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**

Orçamento validade de 60 dias

Patos / PB 23 de julho de 2024

**Camilo's Locações LTDA**  
CNPJ 16.965.084/0001-38  
Rua Pedro Cruz Guedes nº 1561  
Bairro Jardim Guanabara





**VALOR DE REFERÊNCIA: Pesquisa de mercado  
(Art. 72, Inciso II, da Lei 14.133/2021)**

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da respectiva solicitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

2. DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação em tela, obtidos mediante pesquisa de mercado devidamente realizada nos termos da legislação, regulamentos e normas vigentes, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

2.2. Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Julho de 2024.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	Locação de pavilhão medindo 11x30, toda estrutura e grid p30 com 4m de altura, lona branca antichama para o evento 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes.	02	DIAS	R\$ 18.000	R\$ 36.000,00

3. DO VALOR

3.1. O valor total é equivalente a R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).

4. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.2. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





4.5.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.6.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.7.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.8.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.9.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.10.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

Patos - PB, 24 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
**SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO**  
**DE PATOS**

**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 236/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 091/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

Com base nas informações constantes no Processo nº. 236/2024, referente à Dispensa de Licitação nº. 091/2024, embasado no Parecer da Assessoria Jurídica e em cumprimento, acolho o relatório, **RATIFICO** o presente em favor de **EDSON LEITE MONTENEGRO ME, CNPJ: 27.117.054/0001-98**, localizada à Rua Noé Trajano, nº 62, Bairro Maternidade, Patos/PB. CEP: 58.701-385, representante legal: **EDSON LEITE MONTENEGRO, CPF: 714.125.304-15**. A referida contratação justifica-se pela solicitação da Secretaria de Gabinete de Patos/PB, no valor total de **R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)**, conforme justificativa, termo de referência e pelo fato do preço apresentado pela referida empresa ser o mais vantajoso, conforme consultas de preços em anexo, no inciso nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Patos-PB, 25 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
 SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

**PATOS**  
 POVO COMPETENTE  
 PREFEITURA DA GENTE



**PATOS**  
 POVO COMPETENTE  
 PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela  
**Primeira Infância**





## SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Patos - PB, 23 de julho de 2024.

Senhor Secretário,

Solicitamos que seja autorizado à Comissão Permanente de Licitação deste órgão, realizar procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, destinado a:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

Justificativa para a necessidade da solicitação:

Para a realização do 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes, é imprescindível a contratação de um pavilhão com dimensões de 11x30 metros, estrutura de grid P30 com altura de 4 metros e lona branca antichama. A estrutura proposta garantirá a segurança e o conforto dos participantes, protegendo-os contra adversidades climáticas como sol intenso ou, eventualmente, chuva, além de oferecer um ambiente adequado para a realização das diversas atividades programadas.

A escolha da lona branca antichama atende às exigências de segurança contra incêndios, assegurando um espaço mais seguro para todos. Ademais, o pavilhão proporcionará uma área coberta que pode ser utilizada para montagem de stands, áreas de alimentação, espaço para apresentações culturais e outras atividades do festival, contribuindo para a organização e sucesso do evento. Assim, a contratação do pavilhão é essencial para assegurar a infraestrutura adequada e garantir a qualidade e a segurança do 2º Festival da Galinha Capoeira.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Atenciosamente,

**PEDRO DE FIGUEIREDO LEITÃO**  
SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE



**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE





## DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

### DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, em atendimento ao art. 72, Inciso IIV, da Lei 14.133/2021, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.080 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 04 122 1004 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 04 122 2001 2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 13 392 1004 2089 Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 13 392 1004 2087 Promoção de Eventos Sociais e Culturais

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

Patos - PB, 24 de julho de 2024.

*M. José de F. A. M.*  
**MARIA JOSÉ DE FÁRIAS ARANHA MONTEIRO**

Secretária Municipal de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão



**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela  
**Primeira Infância**





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Art. 72, Inciso II, Lei 14.133/2021)

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada:

Para a realização do 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes, é imprescindível a contratação de um pavilhão com dimensões de 11x30 metros, estrutura de grid P30 com altura de 4 metros e lona branca antichama. A estrutura proposta garantirá a segurança e o conforto dos participantes, protegendo-os contra adversidades climáticas como sol intenso ou, eventualmente, chuva, além de oferecer um ambiente adequado para a realização das diversas atividades programadas.

A escolha da lona branca antichama atende às exigências de segurança contra incêndios, assegurando um espaço mais seguro para todos. Ademais, o pavilhão proporcionará uma área coberta que pode ser utilizada para montagem de stands, áreas de alimentação, espaço para apresentações culturais e outras atividades do festival, contribuindo para a organização e sucesso do evento. Assim, a contratação do pavilhão é essencial para assegurar a infraestrutura adequada e garantir a qualidade e a segurança do 2º Festival da Galinha Capoeira.

2.2. Para a estimativa de quantitativos:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

**3. DA COMPRA**

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
01	Locação de pavilhão medindo 11x30, toda estrutura e grid p30 com 4m de altura, lona branca antichama para o evento 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes.	02	DIAS

**4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**







4.1. Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos I e II, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2. A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

## 7. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo máximo da prestação de serviços da contratação, está abaixo indicado e será considerado da emissão da ordem de serviços:

7.2. A vigência da presente contratação será determinada: Até o final do exercício financeiro, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

## 8. DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da





assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

## 10. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a relação dos documentos essenciais limitar-se-á a definida nos Arts. 67 e 69 da Lei 10.133/2021.

## 11. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

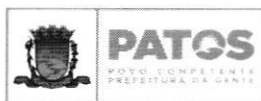
11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplimento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Art. 140, da Lei 10.133/2021.

## 12. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 156 e 162 da Lei 14.133/2021: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os





motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 14.133/2021.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### 14. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Patos - PB, 23 de julho de 2024.

**PEDRO DE FIGUEIREDO LEITÃO**  
SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE







## TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

### 1. DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### 2. DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

#### **Termo de Referência aprovado.**

O termo de referência é documento prévio ao processo licitatório e que deve dispor sobre as condições gerais de sua execução. Serve de base para a elaboração do instrumento convocatório.

Patos - PB, 23 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
**SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**EMPREENDEDORISMO**

POVO COMPETENTE  
 PREFEITURA DA GENTE





## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 31/07/2024 às 13:16:17 foi protocolizado o documento sob o N° 89972/24 da subcategoria Licitações , exercício 2024, referente a(o) Prefeitura Municipal de Patos, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Jose Araujo Dantas Junior.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Patos  
Número da Licitação: 00091/2024  
Órgão de Publicação: Diário Oficial do Estado  
Data de Homologação: 25/07/2024  
Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Patos  
Modalidade: Dispensa (Lei N° 14.133/2021)  
Tipo do Objeto: Compras e Serviços  
Tipo de Compra ou Serviço: Outros  
Valor: R\$ 36.000,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500).  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO ON PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não  
Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 36.000,00  
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): EDSON LEITE MONTENEGRO - ME - EDSON 7  
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 27.117.054/0001-98  
Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	0ac1e5ab892b12538c0dfd402741d60
Autorização da autoridade competente	Sim	c91b31c75034414ba6194cbb02c7e87a
Estimativa da despesa	Sim	9a9ab9fa5b0e9d9394df33630da80fc4
Estudo Técnico Preliminar	Não	
Formalização de demanda	Sim	092615e8b65feb4430601a49feb91655
Justificativa de preço	Não	
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	c62a81bbb509270e3e24dfd7cefa009e
Previsão Orçamentária	Sim	cd825a661f5868264467a50f3c090bbd
Projeto básico ou termo de referência, conforme o caso	Sim	c93446e054524c3849e2ebddb5e2eac
Proposta 1 - Proposta e Anexos - EDSON LEITE MONTENEGRO - ME - EDSON 7	Sim	a9147903453dac7a2d99e4b2baab6e77

**João Pessoa, 31 de Julho de 2024**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**





## TERMO DE CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 236/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 091/2024**  
**CONTRATO Nº: 1734/2024**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO** E A EMPRESA **EDSON LEITE MONTENEGRO ME**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.084.815/0001-70, com Sede na Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos - PB, representada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO**, órgão integrante da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Patos, na pessoa de seu Secretária, a Sra. **JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado **EDSON LEITE MONTENEGRO ME**, CNPJ: 27.117.054/0001-98, localizada à Rua Noé Trajano, nº 62, Bairro Maternidade, Patos/PB. CEP: 58.701-385, representante legal: **EDSON LEITE MONTENEGRO**, CPF: 714.125.304-15, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 091/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e legislação pertinente.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

A prestação de serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 091/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma integral.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de **R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	Locação de pavilhão medindo 11x30, toda estrutura e grid p30 com 4m de altura, lona branca antichama para o evento 2º Festival da Galinha Capoeira no Distrito de Santa Gertrudes.	02	DIAS	R\$ 18.000	R\$ 36.000,00







#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Próprios do Município de Patos:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.080 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:** 04 122 1004 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.30/3390.39

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.010 Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:** 04 122 2001 2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.30/3390.39

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:** 13 392 1004 2089 Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.30/3390.39

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:** 13 392 1004 2087 Promoção de Eventos Sociais e Culturais

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.30/3390.39

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**







O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:**

O prazo máximo de prestação do serviço com objeto ora contratado, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido do Serviço:

O contrato será celebrado com a vigência até o final do exercício financeiro, iniciando-se na data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

#### **CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contratante designa **CLEBER MEDEIROS GOMES**, CPF nº **010.981.724-93**, Matrícula nº **31558123**, como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia ao contratado, quando for o caso;
- c) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;







e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 124 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 137, 138 e 139, todos da Lei 14.133/2021.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até o respectivo limite fixado no Art. 125, da Lei 14.133/2021. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO:**

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, à disposição dos Art. 140 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 156 e 162 da Lei 14.133/2021: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE

**Paiz**  
Programa de Atenção  
à Primeira Infância

Pacto Nacional pela  
**Primeira  
Infância**

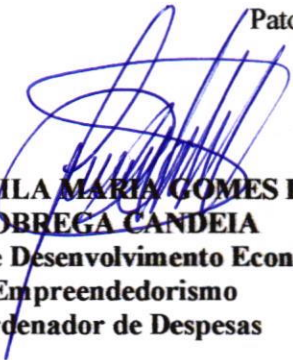



### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Patos.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Patos/PB, 25 de julho de 2024.

  
**JOSEMILA MARIA GOMES DA  
 NOBREGA CANDEIA**  
 Secretária de Desenvolvimento Econômico e  
 Empreendedorismo  
 Ordenador de Despesas

  
**EDSON LEITE MONTENEGRO ME**  
 CNPJ nº 27.117.054/0001-98  
 Contratado

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
 Nome:  
 CPF:

\_\_\_\_\_  
 Nome:  
 CPF:



Publicado por:  
Arthur Daniel Gomes da Nobrega Candeia  
Código Identificador:159E6BE9

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL**

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024  
CONTRATO Nº 291/2024  
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS PÚBLICOS  
CONTRATADO: CENTRAL ATACADO LTDA,  
CNPJ: 46.556.275/0001-07  
OBJETO: *Rescisão Unilateral do Contrato nº 291/2024, que teve como objeto* O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PATOS/PB, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, proveniente da Pregão Eletrônico nº 07/2024.  
FUNDAMENTO LEGAL: com fundamento previsto no art. 79, I, e 78, XII, da Lei 8.666/93, expõe as seguintes razões.  
DATA DE RESCISÃO: 01 de Abril de 2024.

**OLEGÁRIO FREIRES**

Secretaria Municipal Serviços Públicos  
Ordenador de Despesas

Publicado por:  
Arthur Daniel Gomes da Nobrega Candeia  
Código Identificador:0C751D22

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO RATIFICAÇÃO DISPENSA N.º 091/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 236/2024  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.  
INTERESSADO: EDSON LEITE MONTENEGRO ME  
CNPJ: 27.117.054/0001-98  
Fundamento Art. 75, II, Lei nº 14.133/21.  
FONTE DE RECURSO: Orçamento Vigente 2024.  
VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).  
PERÍODO DA EXECUÇÃO: Até o final do exercício financeiro, iniciando-se na data de sua assinatura.  
Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de dispensa.

Patos/PB, 25 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Publicado por:  
Rachel da Costa Medeiros  
Código Identificador:2138AAE3

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1734/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 236/2024  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 091/2024 - Dispensa de Licitação.  
CONTRATO Nº: 1734/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO  
CONTRATADO: EDSON LEITE MONTENEGRO ME  
CNPJ Nº: 27.117.054/0001-98  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.  
VALOR GLOBAL: VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).  
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até o final do exercício financeiro, com início na data da assinatura.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme orçamento vigente.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II, Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.  
Patos/PB, 25 de julho de 2024.

**JOSEMILA MARIA GOMES DA NOBREGA CANDEIA**  
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Publicado por:  
Rachel da Costa Medeiros  
Código Identificador:CA8FA06F

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
Nº 1794/2023**

PREGÃO ELETRÔNICO 032/2023  
Instrumento: termo de aditivo nº: 4º ao contrato nº 1794/2023;  
Partes: Prefeitura Municipal de Patos - PB e YANN DE S VIEIRA,  
Objeto Contratual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO ESPORTIVA DO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB,  
CONTRATO ADVINDO do Processo Administrativo nº 198/2023; Objeto do Aditivo: O presente Instrumento de TERMO DE ADITIVO tem o objeto de ALTERAR O PRAZO DE VIGÊNCIA para 22/10/2024, conforme o que preconiza a lei de licitações e suas respectivas alterações. Fundamentação: constante na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com as cláusulas do contrato inicial. Signatários: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER JOSÉ DAMIÃO LODE DE SOUSA e YANN DE S VIEIRA.

24 de julho de 2024

**JOSÉ DAMIÃO LODE DE SOUSA**  
Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

Publicado por:  
Leandro de Jesus Mendes Bento  
Código Identificador:0587FDEF

**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

**EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO**

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 181/2023, Tomada de Preço nº 0004/2023.  
PARTES: Prefeitura Municipal de São Mamede e a empresa NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.  
OBJETO CONTRATUAL: contratação de empresa especializada para execução de sistema solar fotovoltaico em diversas localidades do município de São Mamede-PB.





## DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.**

### DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, em atendimento ao art. 72, Inciso IIV, da Lei 14.133/2021, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.080 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 04 122 1004 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Patos

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 04 122 2001 2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 13 392 1004 2089 Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.180 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 13 392 1004 2087 Promoção de Eventos Sociais e Culturais

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30/3390.39

Patos - PB, 24 de julho de 2024.

*M. José de F. A. M.*  
**MARIA JOSÉ DE FÁRIAS ARANHA MONTEIRO**

Secretária Municipal de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão



**PATOS**  
POVO COMPETENTE  
PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela  
**Primeira Infância**

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>27.117.054/0001-98</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>15/02/2017</b>
NOME EMPRESARIAL <b>EDSON LEITE MONTENEGRO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>EDSON 7</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b> <b>90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação</b> <b>77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes</b> <b>77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>			
LOGRADOURO <b>R NOE TRAJANO</b>	NÚMERO <b>62</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>58.701-385</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>MATERNIDADE</b>	MUNICÍPIO <b>PATOS</b>	UF <b>PB</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTATO@RRCONTABILIDADEPB.COM</b>		TELEFONE <b>(83) 3421-2795</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>15/02/2017</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2022** às **11:58:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 27.117.054/0001-98  
**Razão Social:** EDSON LEITE MONTENEGRO ME  
**Endereço:** R NOE TRAJANO 62 CASA / MATERNIDADE / PATOS / PB / 58701-385

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/07/2024 a 19/08/2024

**Certificação Número:** 2024072102474890337074

Informação obtida em 21/07/2024 18:40:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EDSON LEITE MONTENEGRO**  
**CNPJ: 27.117.054/0001-98**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:05:59 do dia 01/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/09/2024.

Código de controle da certidão: **C790.0C83.68B7.8380**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **8CE8.15E1.D73E.AE28**

Emitida no dia 21/07/2024 às 18:42:07

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **27.117.054/0001-98**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

**Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA**

**Diretoria de Administração Tributária**  
**COORDENADORIA DA RECEITA MERCANTIL**

Endereço: AV. EPITÁCIO PESSOA, 91-CENTRO - PATOS Telefone: (83)3421-2108 CNPJ: 09.084.815/0001-70

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA**

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº \*\*\*\*\* e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com o parcelamento da Receita Mercantil até 24/07/2024

**Contribuinte:**

EDSON LEITE MONTENEGRO - ME

<b>Localização:</b> RUA NOE TRAJANO, n° 62, MATERNIDADE, PATOS, PB, CEP: 00000-000 , , ,		
Natureza: Tributos Mercantis		
Razão Social: EDSON LEITE MONTENEGRO - ME		
CNPJ/C.P.F.	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
27.117.054/0001-98		3737172
Código Atividade: 4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS		
Validade: 21/09/2024		
Observações: (Cad. Mercantil)		
<b>VIA INTERNET</b>		
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.		

Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

653C82089E9BE40F2C74736AD6420A27F194F7DB





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDSON LEITE MONTENEGRO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 27.117.054/0001-98  
Certidão n°: 27203133/2024  
Expedição: 18/04/2024, às 09:49:33  
Validade: 15/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDSON LEITE MONTENEGRO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **27.117.054/0001-98**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 31/07/2024 às 13:21:25 foi protocolizado o documento sob o N° 89974/24 da subcategoria Contratos , exercício 2024, referente a(o) Prefeitura Municipal de Patos, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Jose Araujo Dantas Junior.

Número do Contrato: 000017342024

Data da Publicação: 31/07/2024

Data da Assinatura: 25/07/2024

Data Final do Contrato: 31/12/2024

Valor Contratado: R\$ 36.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO ON PAVILHÃO PARA O EVENTO 2º FESTIVAL DA GALINHA CAPOEIRA, NO DISTRITO DE SANTA GERTRUDES, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO DE PATOS.

Contratado (Nome): EDSON LEITE MONTENEGRO - ME - EDSON 7

Contratado (CNPJ): 27.117.054/0001-98

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	071533a73155b470e130c7a7d087c4fb
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	c390d688eb26efdf34d9e98c9fa90ab3
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	cd825a661f5868264467a50f3c090bbd
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	37d33e1ef5046d945aed4c5ae7f3311d
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Não	

João Pessoa, 31 de Julho de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



**Documento:** 89972/24

**Subcategoria:** Licitações

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Patos

**Exercício:** 2024

## CERTIDÃO CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 31/07/2024 às 13:21h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 89974/24 ao Documento 89972/24, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 89972/24:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	26 - 30	37d33e1ef5046d945aed4c5ae7f3311d
Comprovante de publicidade	31	071533a73155b470e130c7a7d087c4fb
Comprovação da existência de dotação orçamentária	32	cd825a661f5868264467a50f3c090bbd
Comprovantes de regularidade da contratada	33 - 38	c390d688eb26efdf34d9e98c9fa90ab3
RECIBO PROTOCOLO	39	dca87e2aaa595f5c113b1d49799421d5

João Pessoa, 31 de Julho de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB